



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR O TRÂNSITO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS EM RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2024, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DEVINO VIGANÓ, DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Altair Silva, que tem como objetivo discutir o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias estaduais e federais catarinenses.

O atual Código Brasileiro de Trânsito proíbe o trânsito de máquinas agrícolas em rodovias. Com isso, as máquinas precisam percorrer trajetos secundários ou dependem de transporte em carretas especiais para serem deslocadas.

Esta audiência, portanto, vai discutir a necessidade da utilização de rodovias para o trânsito de tratores e outras máquinas do setor agrícola, bem como as restrições de circulação que impactam no segmento, como perda de produtividade e rentabilidade.

Convidamos para compor a mesa desta audiência as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Altair Silva; o senhor Vice-Prefeito de Campo Erê, Jocemar Roque de Mello; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Erê, Vereador Vilmar Bombieri; o senhor chefe da 7ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal do Município de Chapecó, Thiago Luiz Tonin, neste ato representando o superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, Manoel Fernandes Bitencourt; o senhor Comandante da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, Major Deiber Haefliger; o senhor presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Campo Erê, Marcelo Batistella; e o senhor coordenador regional de Infraestrutura do Extremo-Oeste, Everaldo Di Berti, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Jerry Comper. (*Palmas.*)

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor Vice-Prefeito de Palma Sola, Márcio Sansígolo; excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, VereadorIVALDO Ribeiro; senhores Vereadores de Campo Erê, Adelir Antonio Bussolaro e Marcelo Brunetto; senhora Vereadora de Bom Jesus do Oeste, Leisi Rauber Wandscheer; senhor Vereador de Palma Sola, Carlos Antônio Rodrigues; senhor Comandante do 5º Grupamento da Polícia Militar do Município de Campo Erê, Sargento Cassiano Mello; senhora gestora regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), do Município de São Lourenço do Oeste, Tatiana Durieux Penso; senhor vice-presidente da Associação Comercial do Município de Campo Erê, Fábio Schemmer; e senhora assessora parlamentar Lisete Maria Bernardi, neste ato representando o gabinete do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz.



Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Altair Silva, para presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – O meu boa-tarde a todos, senhores e senhoras.

Quero agradecer a presença de todos, de todas as lideranças políticas, dos Vereadores, do Vice-Prefeito, mas, principalmente, dos produtores rurais. E quero saudar o senhor Marcelo Batistella, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais aqui de Campo Erê, que é uma das entidades mobilizadoras para que os nossos produtores estivessem aqui, juntamente com o doutor Jorge, que também colaborou nessa mobilização.

(Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.)

Sejam todos muito bem-vindos.

Estamos aqui em nome do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Mauro de Nadal, e também em nome de todos os membros da nossa Comissão de Agricultura. Nós já realizamos cinco audiências públicas em regiões de Santa Catarina sobre este tema e esta é a sexta, que por intermédio do doutor Jorge, do nosso Presidente da Câmara, o Bombieri, e também do Batistella, recebemos o desafio de realizar nesta região.

A dinâmica dos nossos trabalhos será bastante prática, até para não se tornar uma audiência pública demorada. Em um primeiro momento as pessoas aqui presentes vão fazer uso da palavra, e como eu sei que o nosso Presidente da Câmara de Vereadores aqui de Campo Erê e nosso anfitrião tem um compromisso ainda hoje na cidade de Chapecó, e por isso precisará sair um pouquinho antes, vamos conceder a ele a palavra para que faça a sua saudação. Presidente, no momento em que precisar sair já tem a compreensão de todos nós, e de antemão agradeço por ter cedido o espaço e toda a estrutura aqui da Câmara de Vereadores de Campo Erê.

Passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Erê, Vereador Vilmar Bombieri.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ/SC (Vereador Vilmar Bombieri) – Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Altair; o nosso Vice-Prefeito; a Polícia Rodoviária Federal; o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Campo Erê, Marcelo, e em seu nome cumprimento todos os agricultores presentes; o Major da Polícia Militar Estadual; a Polícia Rodoviária Estadual; e o representante do governo. Cumprimento também todos aqueles que se empenharam, o doutor Jorge, a imprensa, as autoridades de fora do nosso Município, os Vereadores, os Prefeitos, os Vice-Prefeitos; e todas as demais pessoas que se fazem presentes. Sejam todos bem-vindos para esta importante audiência e sintam-se à vontade; ficamos felizes em receber vocês aqui na nossa cidade de Campo Erê.

Eu quero ressaltar, Deputado, a importância desta audiência. Contem sempre conosco, com esta Casa, estamos sempre aqui para apoiar as coisas boas do nosso Estado e do nosso Município, o nosso objetivo é trabalhar [para buscar] o melhor para a nossa população. A Câmara está sempre à disposição.

Muito obrigado, mais uma vez, Deputado, por ter aceitado o convite e o desafio de estar aqui, e ressalto também a importância desta audiência. Agradeço ao Marcelo que organizou e convidou o pessoal do sindicato. Estou muito feliz em recebê-los.

Muito obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado, Vilmar.

Passo a palavra ao Vice-Prefeito de Campo Erê, Jocemar Roque de Mello, que aqui representa a administração municipal.



O SR. VICE-PREFEITO JOCEMAR ROQUE DE MELLO (Campo Erê/SC) –

Boa tarde. Quero dar as boas-vindas a todos, às pessoas que vieram de outros Municípios, às autoridades e aos produtores. Sintam-se todos à vontade em nosso Município, aqui na nossa Câmara Municipal, na Casa do Legislativo, na Casa do Povo.

Cumprimento o nosso Deputado Altair, proponente desta audiência pública, e em seu nome cumprimento todas as demais autoridades.

Quero dizer, Deputado Altair, que hoje nos sentimos muito lisonjeados pela Assembleia e pelos seus funcionários estarem aqui no nosso Município, principalmente pelo tema importante e relevante desta sexta audiência pública. Muitas vezes reclamamos que somos meio esquecidos, mas não, hoje Campo Erê está de parabéns, porque estamos representando aqui todos os produtores do agronegócio do oeste catarinense e do nosso Estado, quer sejam eles pequenos, médios ou grande.

Esse assunto é importante para nós, é importante para vocês, produtores, que produzem o alimento de cada dia e muitas vezes sofrem com o maquinário.

Então, Deputado Altair, quero agradecer por esta oportunidade e lembrar a importância de o senhor ter pensado em Campo Erê, porque muitas vezes o nosso Município não é muito lembrado e, assim como outros Municípios, às vezes só falam das coisas ruins. Nós temos que falar das coisas boas que temos aqui: somos campeões em produção por hectare, batemos recorde em cima de recorde, e quando se fala de máquinas agrícolas de última geração, aqui em Campo Erê já tem, há pessoas aqui que já possuem essas máquinas.

Muitas vezes somos esquecidos, mas hoje, por meio desta audiência, estamos no cenário estadual via Assembleia. O nosso Município está sendo visualizado pelas coisas boas e pelo que produz e isso nos enriquece. Obrigado, Deputado, e leve o nosso abraço a todos os demais Parlamentares e ao Presidente da Casa.

Ainda hoje falei com o assessor do nosso Governador, que está em Portugal, o Deputado sabe muito bem, e ele mandou um abraço carinhoso. Falei sobre esta audiência pública aqui em Campo Erê para ele também ficar sintonizado com a importância que Campo Erê tem no cenário. Como já falei, muitas vezes passamos despercebidos, mas somos grandes em produção de grãos e também somos a Capital do Novilho Precoce. Mas hoje o senhor está nos ajudando, Deputado, por meio desta audiência pública, a elevar o nome de Campo Erê, e esperamos sair daqui com uma proposta conclusiva para ajudar todos os produtores.

Fica aqui o meu abraço a todos e leve o abraço de Campo Erê à Assembleia Legislativa. E sempre que o senhor puder, em assuntos importantes relacionados à produção agrícola, olhe com carinho para Campo Erê, porque aqui o pessoal produz e não brinca em serviço.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado, Vice-Prefeito Jocemar. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza*]

Informo que tanto a Polícia Rodoviária Federal quanto a Polícia Rodoviária Estadual terão o seu momento de fala, mas antes vamos passar a palavra para as lideranças, começando pelo presidente do Sindicato. Na sequência, os produtores rurais, os representantes de cooperativas, os Vereadores e as demais lideranças que estão aqui e que queiram fazer uso da palavra. Temos um microfone móvel e o colega João levará até vocês para quem quiser se manifestar dando sugestões, críticas, desde que construtivas, ou mesmo alguma proposição para a mesa.

Só quero orientar que esta audiência pública, assim como todas as audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa, é gravada e taquigrafada para depois ser elaborado um documento, além de estar sendo transmitida ao vivo pelo YouTube. Portanto, estamos com toda a equipe da Alesc aqui para nos auxiliar.

O espaço de fala da plenária é fundamental para que os nossos produtores possam se manifestar sobre as adversidades que estão ocorrendo a respeito do trânsito



de máquinas agrícolas nas rodovias estaduais e federais. Aqui na região esse fato acontece mais nas rodovias estaduais.

Gostaria de saudar os vários representantes dos Municípios da região de Serra Alta, de Palma Sola, de São Bernardino e de Bom Jesus do Oeste. Como nós temos aqui vários Municípios representados, percebe-se que não estamos tratando somente de uma demanda de Campo Erê, mas, sim, de uma demanda regional.

Agora passamos a palavra ao Batistella, que falará em nome dos produtores sobre as dificuldades pelas quais eles estão vivendo e, depois, nós iremos ouvir o plenário para colher mais dados sobre a audiência pública. Depois da fala dos produtores teremos o momento da Polícia Rodoviária Estadual e da Polícia Rodoviária Federal. Após essa etapa, farei um resumo do que já aconteceu e do que está para acontecer, fruto das cinco audiências públicas que já trabalhamos, além dos próximos passos que planejamos dar. Lembramos que esta audiência pública é da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa e o primeiro proponente foi o Deputado Oscar Gutz, da cidade de Pouso Redondo, com o qual realizamos em conjunto essas audiências públicas.

Portanto, passo a palavra ao presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Erê, Marcelo Batistella.

O SR. MARCELO BATISTELLA – Boa tarde, senhoras, senhores, amigos e amigas. Obrigado pela presença de todos vocês que estão aqui unidos por um assunto em comum. Sem citar os nomes dos senhores para não me esquecer de ninguém, quero cumprimentar todas as autoridades presentes.

Após muitas reuniões o nosso Sindicato se mobilizou e vem discutindo, inclusive em outra oportunidade nós entramos em contato com o Comando de São Lourenço para decidir a respeito de como proceder em relação ao trânsito de máquinas agrícolas nas rodovias. Cerca de noventa dias depois fui convidado para uma reunião em Chapecó, na qual o Ministro dos Transportes estava presente, e o senhor Jorge Pereira levou o convite ao Deputado Altair Silva. Nós já sabíamos que essas audiências públicas vinham sendo realizadas no Estado e para a nossa surpresa ele atendeu ao convite verbal, porque não foi nem por escrito, não é, Deputado? Não vou dizer que Campo Erê foi premiada, mas foi agraciada com esta audiência pública, pois que ela não trata apenas deste assunto aqui de Campo Erê, mas de toda uma região, de todo o país.

Vivemos em um país agrícola, então é comum estarmos trafegando numa rodovia de um lado para o outro e nos depararmos com tratores ou algum equipamento agrícola. O crescimento da agricultura aconteceu e o crescimento das máquinas também. Hoje é impossível trabalhar em qualquer quesito. Se pegarmos o quesito municipal, a Prefeitura se locomove com máquina agrícola; se nós pegarmos os agricultores, nós temos pequenos trajetos que fazemos com máquinas agrícolas, mas ninguém viaja com máquina agrícola. O agricultor, às vezes, faz 1 quilômetro, faz 5 quilômetros porque necessita, porque tem uma propriedade aqui e outra ali; ou ele presta um serviço para o vizinho, troca um serviço com o vizinho. Então há um impasse.

Quero também parabenizar o trabalho da nossa Polícia Rodoviária Estadual, que até agora vem nos orientando. Não tivemos qualquer impasse com a Polícia Rodoviária, que usa do bom senso, trabalhando no sentido de nos orientar.

Estamos juntos tentando uma solução e esta audiência pública é um primeiro passo para isso, pois daqui surgirão ideias e sugestões. E no futuro eu espero que nós tenhamos um bom convívio entre máquinas agrícolas, carros de passeio e veículos de carga, contando com uma melhor sinalização nas nossas rodovias. Isso seria muito interessante, uma sinalização informando: aqui trafegam máquinas agrícolas. Nós não temos acostamento, não temos uma estrada vicinal. É difícil? É difícil, mas nós temos que trabalhar para que essa situação melhore. Enquanto isso não vem, nós temos que lutar com o que temos. Campo Erê tem a fama de Município brigador – e, de fato, nós somos um Município brigador –, mas brigamos por coisas boas também.



Então, essa é a minha explanação de hoje. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado, Batistella.

Agora a palavra está livre para os produtores. Basta levantar a mão que o João vai até você com o microfone. E gostaria que aquele que for falar diga seu nome e a cidade que representa, para que possamos deixar registrado no nosso relatório. Após isso, pode entrar no tema, na sugestão, na cobrança ou na crítica construtiva.

A palavra está livre.

O SR. HEINBERT SAND – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, obrigado por nos ouvir. Eu sou engenheiro agrônomo, praticante do agronegócio há mais de trinta anos em Campo Erê. Sou de Campo Erê, gosto daqui, gosto da agricultura e sou filho de pequeno agricultor. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu quero voltar um pouquinho ao passado da região. Essa região, como toda a região sul, foi colonizada por colonos. Qual era o meio de transporte da época? Eram animais, carroça, tropeiros, e foram eles que abriram as estradas, mas com a evolução dos meios de transporte, com a chegada dos carros, nós fomos esquecidos. Esta é a realidade. Os engenheiros projetaram as vias para alta velocidade, e nós? Nós também evoluímos, porque vieram os carros, os caminhões e foi necessário ter esse meio de transporte de alta velocidade.

Nós, agricultores, saímos da era do arado de boi, da era da trilhadeira, vocês que são agricultores sabem disso, da era do pulverizador costal, nós evoluímos na agricultura, nós nos modernizamos. As empresas multinacionais chegaram e nos deram a oportunidade de crescer para aumentarmos a produtividade e sermos um país agrícola. Hoje nós representamos quantos por cento do PIB brasileiro? Não é pouco.

Mas quando eu coloco as minhas máquinas na rodovia, eu fico com medo, porque a polícia pode estar numa esquina ou pode acontecer um acidente. Certa vez eu liguei para a polícia do Município, isso faz muitos anos, pedindo para eles me servirem de batedor, porque eu achei que fosse possível. O cara me deu uma mijada e disse: não, você não pode transitar e se acontecer algum acidente, você é o responsável.

Então, como é que eu faço para deslocar as minhas máquinas, que hoje são modernas e grandes, da minha propriedade até a lavoura, que fica a um quilômetro, a cinco quilômetros, a oito quilômetros, que é a distância que nós percorremos? Penso que como agricultores nós merecemos mais respeito, nós deveríamos ter prioridade na rodovia. Se uma máquina está transitando, que se pare o trânsito e se dê preferência para nós, porque nós carregamos nas costas a nossa região agrícola, econômica e socialmente, trazemos uma série de benefícios para o desenvolvimento da região. E muitos agricultores estão desbravando o centro-oeste e fazendo sucesso lá para cima, e isso é fato.

Então, se não é possível termos a preferência nas rodovias, o que seriam poucos minutos, meia hora no máximo, que se construam alternativas para que nós possamos deslocar as nossas máquinas por uma estrada paralela. Mas os engenheiros nos esqueceram quando construíram as estradas.

Então essa é a minha queixa e a minha sugestão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

A palavra continua aberta.

O SR. ZITO FERNANDO LUNARDI – Boa tarde, Deputado. Meu nome é Zito Fernando Lunardi e sou produtor rural.

Primeiramente, Deputado, como sugestão, quero dizer que talvez tenhamos que inverter a pauta, porque se existe uma lei no país e no Estado, talvez [antes] tenhamos que ouvir o pronunciamento do senhor da Polícia Militar e do amigo da Polícia Federal, até para ver o que é permitido ou não. Aparentemente parece-me que nada é permitido, somente em algumas condições.



Do ponto de vista prático, Deputado, como o Sand falou aqui, nós não temos alternativas, porque não temos infraestrutura; é óbvio que não irão fazer um acostamento para nós transitarmos. Então, do ponto de vista prático, nós não temos o que fazer, nós não temos acostamento e nós não temos a possibilidade de fazer a locomoção das máquinas de uma lavoura para outra colocando-as numa carreta, que seria o normal para transitar. Isso se torna inviável do ponto de vista econômico e do ponto de vista de facilidade, porque para nós colocarmos, por exemplo, uma colheitadeira em cima de um caminhão, seria necessário retirar os pneus para que esteja dentro de um parâmetro de 3 metros, se não me engano. É isso, não é? De 3,20 metros. Então a execução disso se torna muito difícil. Não é impossível, mas se nós fizermos isso, vamos perder talvez meio-dia ou um dia de trabalho e existe um custo para isso, porque uma plataforma tem um custo elevado, e nós também não temos viabilidade para isso.

Eu transito bastante por aqui e pelo que sei a Polícia Militar nunca nos parou, pelo que eu sei. Um dia nós conversamos um pouquinho com um representante e nunca houve esse impedimento, essa atuação. Isso é louvável, porque é aquilo que o Sand falou, como nós fazemos a inversão, quem é prioridade neste país, quem não é prioridade? Acho que todos nós somos prioridade. Não é que o agricultor seja prioridade, nem que o automóvel seja prioridade, mas quando notamos a situação e vemos outros países que possuem um trânsito de máquinas intenso, parece-me que [falta] uma lei ou alguma coisa aqui, porque se existe uma estrada com trânsito de máquinas, que é o nosso caso, teria que ser como o Sand falou, talvez se nós simplesmente usássemos o acostamento que existe nas estradas, que não demora mais do que cinco minutos, para que os outros [automóveis] possam esperar para nós transitarmos. Então, que houvesse talvez uma lei ou alguma normativa que permitisse isso de forma segura.

Basicamente eu vou explicar aquilo que nós fazemos na lavoura. Vitor, que está aqui do meu lado também, o que nós fazemos sempre? Nós vamos lá, colocamos cones na estrada, aguardamos cinco minutos, dez minutos e liberamos. Vamos para outro lugar, estabelecemos os cones também e passamos.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Batedor, sim.

Aqui, policial, e estou aqui há quarenta anos, cinquenta anos, não lembro de ter acontecido um acidente provocado por máquina agrícola. Se houver alguém que fale diferente disso, iria me ajudar, mas eu não me lembro, Deputado, eu não me lembro de forma alguma de uma máquina agrícola ter provocado algum acidente, porque simplesmente nós fazemos esse trabalho do batedor.

Então, que o uso desse batedor seja implementado de uma forma talvez jurídica ou oficial. Como? Talvez se nós pedíssemos para os agricultores comprarem seis cones, sete cones, desses que a polícia coloca, ou talvez usassem bandeirinhas, pois isso facilitaria. Caso contrário, Deputado, nós não temos alternativa, infelizmente não temos o que fazer a não ser transitar, com liberação ou sem liberação, com lei ou sem lei. Com certeza absoluta ninguém vai deixar de plantar, ninguém vai deixar de ir para a lavoura, ninguém vai deixar de colher. Infelizmente esta é a situação. Então, talvez se existisse uma lei nesse sentido, seria melhor, porque senão vamos estar sempre fazendo o contrário.

Estabeleceu-se uma lei, fez-se de tudo e nós estamos todos aqui para discutir uma lei que talvez não tenha sido bem pensada. Simplesmente proibir o trânsito de máquinas? Mas como é que nós fazemos? Então, nas nossas estradas lá do interior nós vamos proibir o trânsito de carros? É óbvio que não. Acho que talvez essas questões tenham que ser colocadas de forma mais prática para que não se venha a discutir algo que, aparentemente, na minha visão, não tenha necessidade. É questão de ter um pouco de bom senso, porque do contrário nós não vamos resolver isso.



O senhor acha que o Governador vai fazer uma estrada para nós, aqui? Óbvio que não. E ele vai fazer um acostamento? É óbvio que não. Nós estamos com a nossa estrada daqui até São Lourenço há quantos anos esperando que seja remodelada e permita o trânsito de carros de forma confiável? E agora estamos enfrentando essa situação.

Então, a minha sugestão é que se torne isso prático através de uma lei, alguma coisa assim, com o uso de cones e batedores feito por nós mesmos. Se nós formos lá pedir à polícia, como alguém falou aqui, eu acho isso inviável, a Polícia Militar não vai poder fazer isso, porque senão vai passar a fazer o trabalho de batedor e não é esse o seu trabalho. E isso também serviria para que não houvesse essa situação de multar, porque senão ficaremos nós contra eles e eles contra nós, e eu acredito que o país não precisa mais disso, não é?

Obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado e parabéns pela fala.

Continua livre a palavra.

O SR. CELSO PICCOLI ANTONIETTE – Boa tarde a todos.

Sou Celso Antoniette e gostaria de dizer algumas palavras, assim como reforçar algumas coisas que já foram ditas.

É uma grande satisfação saber que este assunto está sendo conduzido por uma pessoa tão qualificada quanto o nosso Deputado Altair Silva, que já foi Secretário da Agricultura e conhece muito do assunto e da realidade local. E hoje nós temos a oportunidade de discutir e opinar sobre este assunto do trânsito de máquinas agrícolas nas vias públicas, o que é muito importante para nós.

As nossas propriedades, em 90% das situações, são constituídas por pequenas glebas que não se conectam umas com as outras, exigindo deslocamento constante do maquinário para a realização das atividades de plantio, pulverização e colheita. E esses deslocamentos, sem que tenhamos opção de escolha, inevitavelmente são feitos nas vias públicas, pavimentadas ou não.

O nosso tempo é bastante exíguo, pois o terreno tem a época certa para ser trabalhado, sob pena de comprometermos o resultado da atividade se não executarmos no tempo certo. As máquinas que utilizamos, como já foi citado, as colheitadeiras, os tratores e os pulverizadores, ultrapassam o eixo central da pista; o carregamento em caminhões prancha demanda tempo, como falou o Zito, altos custos e, em muitas situações, o desmonte ou a retirada dos equipamentos da máquina para a realização do transporte. Em muitos casos, ficamos o dia inteiro, se não mais, para deslocarmos uma máquina por uma distância de dois quilômetros ou três quilômetros. E esse dia perdido, senhor Deputado, pode significar a perda total do produto que deixou de ser colhido.

Diante do que expusemos, rogamos a vossa excelência que, junto com os seus Pares nesta tão importante Comissão de Agricultura, tenha um olhar diferenciado sobre essa questão. O nosso Estado de Santa Catarina sempre foi vanguarda em muitas situações, então que a situação do trânsito de máquinas agrícolas seja permitida e legalizada dentro do nosso território; que a sinalização viária oriente os usuários para o trânsito do maquinário, a exemplo de países desenvolvidos; e que sejam estabelecidas regras e formas de sinalização das máquinas, a fim de garantir a segurança de todos os usuários das vias.

Está mais do que na hora de sermos reconhecidos e respeitados em nossa atividade. E seu empenho em nosso favor nos dá a certeza de que estamos sendo ouvidos e representados na Assembleia.

O meu muito-obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito bem, parabéns.

A palavra continua aberta.

O SR. ULICE CATUSSO – Boa tarde a todos os presentes.



Meu nome é Ulice Catusso, eu sou produtor rural aqui no Município de Campo Erê e queria dizer, primeiramente, que é lamentável nós, agricultores, termos que passar por uma situação dessas, tendo que buscar formas de produzir, de trabalhar. Se você olhar para Campo Erê, hoje, 65% a 70% de toda a arrecadação do Município é agrícola e nós estamos apenas pedindo o direito de trabalhar, de ter o direito de ir e vir. Essa lei que nos proíbe de andar é... Toda lei é burra, porque ela é física, não consegue ser mutável quando nós precisamos nos transportar daqui para lá ou de lá para cá. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

Eu queria deixar uma ideia: que fosse regulamentado o transporte através de batedores na nossa região e que pudéssemos usar dois batedores, um na frente da máquina e outro atrás, respeitando, talvez, algum procedimento. Cabe aos profissionais, policiais e engenheiros do trânsito, determinar as distâncias e as formas de nós iluminarmos melhor as máquinas e transportá-las, assim como determinar um horário para fazermos isso. Talvez possamos apelar para a questão de emplacarmos as máquinas. Será mais um custo, mas nós já estamos pagando tanta coisa que tem recaído sobre nós, não é? Talvez consigamos emplacar as máquinas do pessoal que anda nas rodovias, assim a polícia pode identificar que o produtor está regulamentado, está habilitado para fazer aquele transporte, com isso sendo minimizados ao máximo os custos para o agricultor. Poderíamos cadastrar os produtores através dos sindicatos, da própria Delegacia da Polícia Civil, no Detran, enfim, achar uma forma para que possamos levar essas máquinas.

É inegável que hoje, com lei ou sem lei, nós estamos transitando. O agricultor já é considerado errado ao entrar na rodovia e se acontecer um acidente, ele passa a ser marginalizado. Então a minha ideia é a seguinte: que a Assembleia consiga regulamentar para que os batedores possam trabalhar na rodovia, para que nós possamos levar as máquinas com batedores e, se necessário, passemos a emplacar essas máquinas. Mas, de uma forma ou de outra, não podemos parar de jeito nenhum, a agricultura não vai parar por isso, tenho certeza.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Obrigado e parabéns pela fala.

Vamos abrir apenas mais duas inscrições e voltaremos para as falas da mesa para depois fazermos o encerramento. Então, os próximos dois que ainda queiram falar, por favor, lembrem-se de erguer o braço em direção ao João, para que ele possa identificar.

A palavra está com o senhor Remi Bianchi, Secretário Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural de Campo Erê.

O SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL REMI BIANCHI (Campo Erê/SC) – Boa tarde a todos e parabéns por esta iniciativa.

Eu não sou produtor rural, mas de 1993 até 2000 a minha família recolhia suínos e fomos pioneiros no recolhimento de leite no oeste. Mas meus filhos, no lusco-fusco da noite, infelizmente bateram em uma carroça que vinha da região de São Braz, o que causou alguns prejuízos a quem estava com a carroça. E aqui no lado de São Mateus aconteceu a mesma situação: outro filho também bateu em uma carroça e o maior prejudicado foi um boi.

Disse tudo isso para afirmar que quando surgiu aquela audiência pública para discutir a rodovia que liga Saltinho e Modelo e vai para a 282, eu levantei a questão de que não tinha nada de acostamento; eu era diretor do Pompéia e fui chamado para aquela audiência pública e disse que não tinha nenhum acostamento para proteger um pouquinho o pessoal que trafegava com equipamentos, que na época era carroça e tal. Então, eu me preocupei muito com essa questão.

Eu me lembro do cara que apresentou para nós aquela sugestão da rodovia que iria seguir pela estrada velha e eu disse para ele: nós estamos invadindo o local dos



proprietários e eles não têm como colocar asas nos equipamentos para poder trafegar. Nós é que estamos invadindo o espaço, esses produtores têm o direito de trafegar. Eles estão trabalhando, não estão passeando. Nós é que estamos com os nossos carros passeando, e aqui eu não falo como produtor, falo como transeunte, como alguém que ocupa a rodovia. Nós temos que ter consciência e dar prioridade para quem está se deslocando com essas máquinas. Eles estão produzindo, nós é que estamos invadindo o espaço deles.

Então, que seja com lei, claro, pois tudo deve ser dentro do que determina a lei, mas nós é que temos que ter essa consciência com a sinalização. Como é que o governo vai construir um acostamento? As máquinas cresceram, a carroça foi substituída por outras máquinas, não há acostamento que condiga com o tamanho das máquinas. Então, eu acho que é isso: prevalece o bom senso. Nós, transeuntes, é que temos que ter essa consciência e dar a oportunidade para que o produtor possa deslocar as suas máquinas com toda a tranquilidade. Claro, vai precisar sinalizar, mas não há outro jeito, ninguém vai botar asas nesses equipamentos.

Portanto, que nós, transeuntes, que não trabalhamos com esse tipo de maquinário, possamos dar condições para esses produtores que buscam a grandeza do nosso Brasil trafegarem livremente e com segurança.

Era essa a minha colocação. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Parabéns.

Com a palavra o próximo.

O SR. JORGE LUIZ PEREIRA – Eu não poderia, neste momento, deixar de usar a palavra. Em nome do Deputado Altair Silva, saúdo a mesa, e em nome dos agricultores e das agricultoras de Campo Erê e da região aqui presentes, saúdo todos os demais.

Neste momento eu quero parabenizar o Sindicato Rural de Campo Erê, em nome do seu presidente, Marcelo Batistella, que em conversa comigo teve a brilhante ideia de realizarmos esta audiência pública aqui no nosso Município. E eu, imediatamente, junto com o Vereador Vilmar Bombieri, procurei o Deputado daqui da nossa região, representante da agricultura deste Estado, que imediatamente autorizou o seu chefe de gabinete a entrar em contato com a Assembleia Legislativa do Estado e marcar a data e o horário desta reunião, hoje, em Campo Erê. Era isso o que eu tinha a dizer aos senhores e às senhoras.

Para encerrar a minha fala, só queria dar um exemplo às pessoas: vocês me conhecem, sabem do meu trabalho no campo, e podem ter a certeza de que quando estou no campo e vejo uma máquina agrícola, encosto o meu carro e deixo a máquina passar.

Muito obrigado pela atenção de vocês e pela presença de todos. O Deputado me cobrou e hoje vou falar para ele: a Câmara de Vereadores tem 110 lugares, Deputado, e nós colocamos mais de 110 pessoas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado e parabéns, doutor Jorge.

Com a palavra o próximo inscrito. (*Pausa.*)

Não havendo mais ninguém para se manifestar, voltamos a palavra à mesa. Antes, porém, quero fazer um pequeno comentário em relação a uma das falas aqui feitas.

Na maioria dos países desenvolvidos e civilizados do mundo, quando o usuário de rodovia vê uma máquina agrícola, ele para em reverência àquele produtor que está trafegando. É como o hábito que já temos de parar o veículo quando estamos próximos da faixa de pedestres e há um pedestre que vai atravessar a rua: nós paramos o nosso veículo e damos prioridade para o pedestre atravessar. Na leitura do usuário da rodovia, ele enxerga que lá não está apenas uma máquina agrícola, mas que está sendo



transportada a infraestrutura, o maquinário necessário para produzir toda a riqueza do país.

Em Santa Catarina, 70% de tudo o que exportamos vem do agronegócio. Se não tivéssemos o produtor de soja, não teríamos o farelo de soja; se não tivéssemos a produção de milho, não teríamos o milho para a silagem, nem para produzir ração para a suinocultura e a avicultura, que nos permitem exportar proteína de origem animal. Esse estado de reverência, que foi citado aqui pelos membros que falaram há pouco, é uma cultura que temos que difundir, inclusive começando pelas nossas escolas, para que falem da importância do produtor e do papel que ele exerce na economia do Brasil. As matérias-primas que movem as cidades são todas produzidas no interior. Por exemplo, eu sou de Chapecó e temos grandes agroindústrias e grandes cooperativas lá, mas se não fossem os produtores da região produzindo as matérias-primas, a cidade de Chapecó não seria do tamanho que é. E assim é com todas as nossas cidades que vivem da agricultura. Portanto, isso também é um trabalho de educação, conscientização e respeito.

Passo a palavra ao chefe da Polícia Rodoviária Federal de Chapecó, Thiago Luiz Tonin, neste ato representando o superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal, Manoel Fernandes Bitencourt. Nós já nos conhecemos há bastante tempo, mas ele cresceu, virou autoridade e agora que o encontrei não o reconheci, mas ele me reconheceu e fiquei muito grato. Lembro muito dos nossos encontros no restaurante da sua família, lembro muito do seu pai e da sua irmã, que sempre me recebiam muito bem. Fico feliz que hoje o senhor esteja à frente da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal.

Antes, porém, que ele faça uso da palavra, quero fazer um relato em relação à Polícia Rodoviária Federal e à Polícia Rodoviária Estadual.

Eu estive em uma reunião com o comandante Manoel Fernando Bitencourt, superintendente da Polícia Federal aqui em Santa Catarina, e também estive em uma reunião com o Coronel Vinicius, comandante da Polícia Militar Rodoviária Estadual, e foram duas reuniões de alto nível, tanto que aqui estão os seus representantes. Fomos muito bem recebidos por ambos.

Nós tivemos algumas regiões do Estado onde a Polícia Rodoviária Federal aplicou multas, aplicou a resolução do Contran, e também tivemos regiões onde a Polícia Rodoviária aplicou multas nas rodovias estaduais, em algumas delas até apreendeu maquinários agrícolas, e aí começou todo esse alvoroço. Porém, eu agradeço, porque das audiências públicas das quais participei, esta é a primeira em que não aparece nenhum produtor que recebeu multa ou que teve a sua máquina apreendida.

Agora, é preciso dizer que os policiais rodoviários, tanto federais quanto estaduais, estavam apenas aplicando a lei. Na verdade, não é falta de boa vontade dos policiais rodoviários federais e estaduais, eles estão aplicando o máximo de boa vontade e até de tolerância. O que está erradíssimo é a resolução do Contran, que coloca uma série de barreiras como, por exemplo, a exigência de que o caminhão prancha que transporta a máquina deve ser de 2,70 metros, quando todos nós sabemos que tem que ser no mínimo de 3,20 metros. A resolução do Contran também estabelece que as máquinas agrícolas podem trafegar por uma distância máxima de 5 quilômetros, o que não é suficiente para muitos produtores, que precisam de no mínimo 10 quilômetros. A resolução do Contran é que não atende às necessidades.

Foi feita uma chamada pública, na qual está sendo discutida a nova resolução do Contran, e em trinta dias não houve uma abertura para que as pessoas pudessem opinar. Aqueles que opinaram tiveram que entrar em um sistema e fazer um cadastro prévio, para somente depois poder opinar. Então, poucos puderam opinar. Foi uma consulta pública e as ideias que foram dadas aqui poderiam ter sido escritas *on-line* para a resolução do Contran. Entretanto, eu encontrei uma ótima, uma excelente boa vontade dos dois comandantes e eu e o Deputado Oscar Gutz ficamos muito animados,



especialmente numa das reuniões com o comandante Manoel, da Polícia Rodoviária Federal.

Eu e o Deputado Oscar Gutz apresentamos um projeto de lei na Assembleia Legislativa, o PL nº 214/2024, estabelecendo que as rodovias estaduais e federais em regiões com grande uso de máquinas agrícolas sejam sinalizadas, informando aos usuários das rodovias que se trata de uma região de intenso tráfego de máquinas agrícolas. O projeto de lei também estabelece que em regiões com intenso tráfego de máquinas agrícolas sejam criados pontos de descanso, ou seja, locais de refúgio, pois caso haja uma grande fila de carros esperando atrás da máquina, o produtor pode estacionar a máquina para desafogar a fila e depois retomar o trajeto. Esse fator está estabelecido na própria lei, que também autoriza o produtor a criar o sistema de batedores. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Nós apresentamos essa lei, que foi fruto de sugestões que ouvimos aqui, mas tanto eu quanto o Deputado Oscar Gutz estamos conscientes de que a Constituição Federal diz que o órgão responsável pela regulamentação das leis de trânsito e uso das rodovias é o Contran. Há uma dúvida sobre a constitucionalidade da lei, mas independentemente disso, nós entramos com o projeto porque precisamos criar o debate e, dentro desse debate, propusemos esse projeto de lei que já está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Fruto dessas audiências públicas que estamos fazendo em todas as regiões, eu e o Deputado Oscar iremos a Brasília na próxima quarta-feira levando um documento com o resumo de todas as audiências públicas que realizamos. Vamos a Brasília para reuniões em vários setores, cujas audiências já estão marcadas: na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, na Frente Parlamentar da Agricultura da Câmara dos Deputados e, também, no centro da questão, ou seja, no Contran. Estaremos com a Superintendência Nacional do Contran, para a qual levaremos o documento oficial fruto das audiências públicas realizadas em várias regiões de Santa Catarina.

Levar esse documento, que visa reformular a resolução do Contran para flexibilizar a passagem das máquinas agrícolas, é fundamental. Em nossa conversa com os Comandantes da Polícia Rodoviária Estadual e Federal, especialmente com o Comandante Manoel, recebemos uma sugestão de grande valia e de todas as sugestões, essa foi a que mais enriqueceu as nossas visitas. A autoridade, o Contran, tem uma parceria com o SEST Senat, que é o órgão responsável, em Santa Catarina e em nível nacional, por oferecer cursos para os batedores. Motoristas de cargas perigosas que precisam de batedores, ou de cargas que ultrapassam larguras, como as caldeiras, que precisam de mais espaço e de apoio na locomoção, passam por treinamentos e cursos, recebendo um certificado, uma carteirinha de pessoa capacitada.

De imediato marcamos um café da manhã com o ex-Deputado Zezo Pedrozo, que é o presidente do Senar aqui em Santa Catarina, junto com o Gilmar Zanluchi, que é o superintendente do Senar, e propusemos que tanto o SEST Senat quanto o Senar e a Faesc – que são primos, são parentes como entidades – trabalhem juntos, cada um na sua função: o Senar oferece cursos de capacitação para produtores nas áreas rurais, enquanto o SEST Senat oferece cursos para transportadores.

No próximo dia 22 teremos uma reunião-almoço com todas as autoridades ligadas a essas duas entidades e à Faesc. O senhor Zezo e o senhor Zanluchi já aceitaram o desafio de fazermos um grande programa de capacitação dos produtores em várias regiões de Santa Catarina para que estejam habilitados a fazer a sinalização correta. Por comunidade ou por região, um produtor pode fazer o curso para ser o facilitador com o batedor, garantindo a segurança no transporte de máquinas maiores, como colheitadeiras, que precisam desse suporte, e assim nós teremos pessoas capacitadas para dar mais segurança.



Acredito que essa reunião do dia 22 será muito profícua e poderemos ter uma estrutura em Santa Catarina, liderada pelo Senar, junto com o SEST Senat, para levar essa capacitação aos produtores. As Polícias Rodoviárias Estadual e Federal são parceiras dessa ideia e tenho certeza de que essa iniciativa vai flexibilizar e proporcionar mais segurança. Enquanto isso, nós vamos pressionar o Contran para que edite uma nova resolução adequada à realidade brasileira, pois não é só Santa Catarina que enfrenta dificuldades com a nova resolução do Contran, mas o Brasil inteiro.

Portanto, este é o resumo das ações que já estão sendo trabalhadas: o projeto de lei, a busca por uma nova resolução do Contran e a articulação entre as entidades para capacitarmos os produtores.

Assim sendo, agora passo a palavra ao Tonin e depois ao Major Deiber.

O SR. THIAGO LUIZ TONIN – Boa tarde a todos.

Deputado Altair, agradeço as suas palavras e, em seu nome, cumprimento a mesa.

Não vou tratar da parte técnica, deixarei para o colega Major Haefliger, caso ele queira comentar algo. Acredito que a opinião de todos aqui é bastante válida e sabemos das dificuldades, apesar de que na nossa região não temos uma rodovia federal na qual vocês transitem. No Estado temos outros casos em que algumas dificuldades se mostraram presentes no dia a dia.

Nós sabemos que o trânsito mudou muito nos últimos cinquenta anos. Antigamente tínhamos Fuscas e tratores pequenos, não havia tantos carros, nem tanta gente, as cidades eram menores, o trânsito de pessoas aumentou. Na nossa região temos o modal rodoviário, não temos outro meio de transporte a não ser o rodoviário, portanto tudo transita pelas rodovias, sejam estaduais ou federais. E em razão dessa falta de infraestrutura, o sistema acaba sobrecarregado, não há como termos apenas esse meio de transporte para atender todas as demandas que vão surgindo, como o crescimento das máquinas, dos veículos e dos caminhões. Hoje temos caminhões com 30 metros de comprimento.

Precisamos tentar equilibrar os interesses da sociedade que utiliza as rodovias e também dos produtores, que movimentam a economia e dependem do seu trabalho para sobreviver e sustentar as suas famílias.

Em termos de Contran, hoje existe uma resolução que impõe alguns limites para transitar, mas o problema maior são os implementos agrícolas, que não são como os tratores de médio porte, por exemplo, que podem trafegar nas rodovias com as categorias de habilitação *c*, *d* ou *e*, tendo iluminação adequada. O problema são os implementos que não são considerados veículos, que muitas vezes são transportados por outro veículo, são puxados por um trator. Eu não sei o nome dos implementos aqui, vocês sabem melhor do que eu, mas são plantadeiras, enfim... Esses implementos acabam trazendo problemas em função das suas dimensões. Por exemplo, a colheitadeira, a ceifadeira é um dos maiores problemas, pois é uma máquina de grande porte, com 5,20 metros de largura, o que traz dificuldades. Geralmente as rodovias federais são dotadas de acostamento e as pistas são mais largas, então quando uma colheitadeira trafega, ela consegue, apertando bem, passar somente em um sentido da rodovia, sem ocupar a pista contrária e interromper o trânsito. Já em uma rodovia estadual, que geralmente não é dotada de acostamento, quando uma máquina dessas transita, acaba fechando a rodovia até que a máquina passe. Obviamente, sabemos que existem distâncias variadas, às vezes é uma distância de 1 quilômetro, às vezes é de 100 metros, mas às vezes são 5 quilômetros, 10 quilômetros. Não sabemos a realidade de todas as coisas que acontecem.

Em termos de resolução, está rodando já. O sargento Marinho, chefe do Posto 25, de Chapecó, da Polícia Rodoviária Estadual, está à frente disso, juntamente com a Amosc, que é a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. Já houve diversas reuniões na cidade de Chapecó para tratar dessas sugestões para a resolução. Existe uma minuta de resolução que está na Senatran, que é a Secretaria



Nacional de Trânsito, que depois de todos os trâmites lá na Senatran vai para o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para aprovação. Existem mudanças significativas nessa resolução na qual se regula a questão dos batedores, estipula horários preferenciais para o transporte dessas máquinas, por exemplo das 5h às 8h, existem também limites de dimensões, seja de comprimento, seja de largura ou de altura, que devem ser respeitados, mas que são bem melhores do que as regras que existem hoje, que [se baseiam] na regra geral.

Essa resolução já tem uma minuta, mas ainda pode receber alterações, como o Deputado Altair trouxe para nós. O que temos de resolução sendo trabalhada, em termos de Contran e Senatran, é essa resolução que está sendo debatida e discutida. Acredito que por mais que uma resolução ou uma lei trate do aspecto geral, sempre haverá exceções. Não tem como atender todos os casos, mas atendendo uma boa parte dos casos e trazendo segurança para o produtor é o que mais importa. Não adianta ter apenas segurança para os produtores e garantir somente o seu transporte se, às vezes, o usuário da rodovia, com o seu veículo ou caminhão, é prejudicado. Temos que tentar conscientizar a sociedade sobre a importância da circulação desses maquinários nas rodovias, porque também é necessário atender aos interesses dos produtores para que eles consigam fazer a sua colheita, realizar o seu trabalho, exercer o seu ofício e continuar produzindo.

Agora eu deixo a palavra com o Major Haefliger. Talvez ele queira adicionar alguma coisa que eu tenha esquecido de mencionar, mas estamos sempre abertos.

Acredito que em termos de Polícia Rodoviária Federal, aqui na região nunca tivemos nenhum caso específico. Nos casos que atendemos sempre tentamos agir com bom senso. Por exemplo, transportar uma colheitadeira em um dia de cerração não é viável, pois já é perigoso trafegar com um veículo pequeno nessas condições, imaginem transportar uma máquina de grande porte, às vezes sem nenhuma iluminação. Isso coloca em risco a vida dos outros usuários da rodovia e do próprio condutor da máquina agrícola. E sabemos que na nossa região, durante o inverno, a cerração é frequente, sendo extremamente perigoso. Mesmo sem uma resolução específica, o que se pede é que haja bom senso por parte de quem está transportando essas máquinas. Evitem o transporte à noite, transportem durante o dia, quando há melhor visibilidade, assim a máquina pode ser vista, assim como também não façam [o transporte] com chuva ou com neblina, pois isso já evita muitos dos problemas que podem existir. *(Palmas.)*
[Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Com a palavra o senhor Comandante da 3ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, Major Deiber Haefliger.

O SR. COMANDANTE MAJOR (PM) DEIBER HAEFLIGER – Boa tarde. Quero cumprimentar o Deputado Altair Silva e agradecer por trazer este assunto aqui para a nossa região, um assunto que nos preocupa, assim como todos os demais. E quero dizer a todos que eu sou conhecedor da luta do senhor na Assembleia Legislativa, com os produtores rurais aqui de Campo Erê e também de Chapecó e de toda a região para resolvermos a situação. Quero cumprimentar o colega Tonin, o Vice-Prefeito de Campo Erê; o Marcelo, que é o presidente do sindicato e já esteve debatendo este assunto aqui em Campo Erê; e também o Everaldo, coordenador regional de Infraestrutura aqui do extremo-oeste, que eu acompanho também a sua luta para trazer melhores condições de trafegabilidade aqui para a nossa região.

Eu reitero aos senhores que este é um assunto que nos preocupa. Já chamamos os senhores, já conheço vários aqui pelo rosto, ontem o Coronel Vinícius, Comandante da Polícia Militar Rodoviária Estadual, esteve visitando a nossa região e já adiantou que o Deputado o visitou e deixou bem claro que a Polícia Militar Rodoviária Estadual está aqui para facilitar a vida dos senhores. Sabemos da importância do agronegócio, sabemos que os senhores levam o nosso Estado, levam o nosso país nas costas, e por isso merecem a devida atenção.



Teve um colega que falou sobre o registro de máquinas agrícolas, e este é um assunto que nos interessa. Por exemplo, aqui na fronteira muitas vezes encontramos maquinários furtados, roubados e que são recuperados na Argentina, mas depois, por não haver esse registro, esse cadastramento, não temos como localizar o proprietário. Hoje já existe um cadastro de máquinas agrícolas, o Renagro, tanto que os tratores, desde 2016, para transitar em rodovias, em vias públicas, são obrigados a ter cadastro e a lei estabelece que pode haver facilitadores para esse cadastro, entre eles o sindicato.

Não sei se algum dos senhores aqui tem trator cadastrado no Renagro. Ninguém tem um trator cadastrado? Então, para o senhor ver, Deputado, tem lá essa legislação e quiçá junto com o Marcelo nós possamos trazer mais informações aos senhores para que comecem a se adequar à legislação.

Quero dizer, Deputado, conforme já disseram os amigos que usaram a palavra no começo, que nós fomos conversar com os produtores para orientá-los sobre como o transporte do maquinário agrícola deve ser feito, e as ceifas, em especial, pelas dimensões, não podem transitar rodando em via pública, somente embarcadas. Aí um colega agricultor aqui de Campo Erê trouxe uma situação, que outro colega repetiu, que faz muito sentido: ele explanou que a nossa legislação é em nível nacional e nós temos várias diferenças culturais e geográficas. Aqui um maquinário não atende apenas a uma propriedade, atende a várias ou então o mesmo proprietário tem várias glebas de terra divididas e precisa fazer o transporte de um pedaço de terra para o outro. Aí ele expunha para nós que todo o mundo tem o período de plantio junto, assim como o período de colheita, que tem que ser feita de forma simultânea. E para fazer o desmonte dessa máquina ele precisaria da mão de obra de seis ou sete mecânicos, demorando o dia inteiro para colocar em cima da plataforma e, depois, para montar, mais seis ou sete mecânicos. Imaginem fazendo isso com mil máquinas em toda a região. Não haveria mão de obra suficiente e nós inviabilizaríamos a agricultura local.

Então, tendo ciência disso nós conversamos com os agricultores sobre as formas corretas de condução e o cuidado que todos devem ter, assim como também conversamos que a ação de um pode refletir em todos, porque se for flagrado um trator, uma esteira em um local com pouca iluminação, sem qualquer sinalização, colocará em risco os usuários da rodovia e aquele produtor, podendo haver consequências para todos. Mas, graças a Deus, desde então não registramos nenhum acidente aqui na região.

Nós vemos que os senhores têm consciência e que esse problema, para ser resolvido, tem que sair das nossas mãos. E por isso nós agradecemos o apoio do Deputado Altair Silva, que vai levar essa situação à frente, e esperamos brevemente ter uma solução legal, para que todos nós possamos trabalhar de cabeça erguida e só fazendo o que é legal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito bem. Eu agradeço a presença do Tonin e do Deiber, que demonstraram claramente a parceria que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar Estadual têm. A missão deles é zelar pela segurança e pelo bem-estar dos catarinenses, então eu fico muito grato e podem levar também esse agradecimento aos seus Comandantes. A presença de vocês aqui é muito importante.

Todos nós temos uma missão nesta existência, e cada um tem que cumpri-la bem. O produtor também precisa ter liberdade para produzir, todos nós precisamos ter oportunidade para crescer.

Vai ficar um pouco fora do tema específico desta audiência, mas não muito fora, porque nós falamos tanto de rodovias estaduais e federais aqui, mas mais sobre as nossas rodovias estaduais. Mas como estamos com o coordenador regional de Infraestrutura do Extremo-Oeste aqui, o Everaldo Di Berti, que representa o Deputado e Secretário de Estado da Infraestrutura, o nosso amigo Jerry Comper, eu vou passar a palavra a ele para que fale um pouco sobre as nossas rodovias estaduais daqui da



região, até porque eu sei que o governo do Estado está com um grande plano de recuperação.

Ontem eu estive numa reunião em Videira e dormi lá na região, levantei hoje de madrugada e vim para cá. E para quem sai de Videira, o caminho mais perto para vir para cá é pelo Paraná, passando pela região de Caçador, saindo na BR-153 e logo pegando a rodovia que vem em direção a Pato Branco, que está sendo toda recuperada, sendo uma parte em concreto – por isso eu quase me atrasei aqui para o evento, mas no fim deu tudo certo. E quando cheguei a São Lourenço do Oeste, para a minha alegria, porque é uma luta de muitos anos, de muitos governos, eu acho que todos deram a sua contribuição, vi que estamos com a nossa SC-305 em recuperação total. Então eu fico contente e agradecido.

Então agora vou passar a palavra e, na sequência, já nos encaminharemos para o fim da nossa reunião, depois eu farei os encaminhamentos finais e o encerramento.

Com a palavra o coordenador regional de Infraestrutura do Extremo-Oeste, Everaldo Di Berti, neste ato representando o Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Jerry Comper, para que fale um pouco das nossas estradas.

O SR. EVERALDO DI BERTI – Boa tarde a todos.

Primeiramente quero cumprimentar o nosso Deputado Altair Silva e já parabenizá-lo pela grande iniciativa desta audiência pública; cumprimentar o nosso Vice-Prefeito, Roque Mello; o Major Deiber; o Tonin; o Marcelo; o Vice-Prefeito de Palma Sola, Márcio; e o doutor Jorge, que foi um guerreiro e que trouxe todo esse pessoal.

Deputado Altair, vou falar rapidamente sobre as rodovias catarinenses. O Governador Jorginho Mello, preocupado principalmente com a nossa região, cobrou-nos muito para fazermos um estudo de todas as rodovias catarinenses, principalmente as do extremo-oeste. As nossas rodovias, hoje, têm em média uma plataforma, um pavimento de 3,70 metros cada pista, totalizando 7,40 metros, e na maioria delas não existe acostamento, nas poucas que existe, o acostamento é de 1,20 metro, então dá um total de 9,80 metros de pavimento. As rodovias que estão sendo revitalizadas, como a 305 e a 160, estão sendo construídas com 4,50 metros de pavimento, totalizando uma plataforma de 9 metros, com mais 1,2 metro de acostamento, que chega a 11,40 metros. O padrão DNIT das rodovias federais é com pavimento de 4,50 metros, com 1,5 metro de acostamento, totalizando 12 metros. Então nós estamos bem próximos do padrão DNIT.

Todas as rodovias, não só as daqui do extremo-oeste, mas de todo o Estado de Santa Catarina, estão passando por um estudo, porque o governo quer um inventário de todas as rodovias. O Governador, no Programa Estrada Boa, na segunda fase, com certeza estará passando um projeto de financiamento de US\$ 300 milhões no BID e ele se comprometeu em recuperar todas as nossas SCs. Essas que já estão sendo recuperadas são do Programa Estrada Boa, da fase 1, em que a previsão era gastar cerca de R\$ 2,150 bilhões e já chegamos em R\$ 3 bilhões, e mais R\$ 3,6 bilhões serão gastos agora em 2024 e 2025.

Aqui na região de vocês nós temos a 305, com 28 quilômetros, sendo que desses 28 quilômetros, em mais de 10 quilômetros serão feitas terceiras faixas, justamente visando essa questão das máquinas agrícolas e, claro, também para fluir um pouco melhor o tráfego. E nós temos aqui a recuperação da 161, de Flor da Serra a Palma Sola, cujos trabalhos foram iniciados hoje e nós queremos entregar até o final do ano totalmente revitalizada – essa também tem um projeto de aumento de capacidade, com algumas terceiras faixas.

Então aqui no extremo-oeste vamos ter poucas rodovias que não terão a terceira faixa, justamente porque 85% delas não são contempladas com acostamento. Esse é um padrão que vem lá de trás, em praticamente todas as SCs não existe acostamento, e infelizmente em alguns trechos aqui do extremo-oeste nós temos rodovias até com



6,5 metros de largura e sem acostamento. Então, se passar uma máquina, como citaram aqui, de 5,20 metros, praticamente não passa mais nada

E quero frisar a parceria que nós temos hoje com a Polícia Rodoviária Estadual, na pessoa do Major Deiber. Nós temos uma parceria muito grande, a Secretaria de Infraestrutura do Estado, através da Coordenadoria Regional de Infraestrutura do Extremo-Oeste, e a PRE, que estão bastante preocupadas com essa situação. E a polícia tem um trabalho muito importante, Altair, porque muitas das ocorrências que acontecem no dia a dia, quem traz para a Secretaria é a Polícia Rodoviária Estadual, que mesmo com o pouco efetivo que tem hoje, faz um trabalho muito importante. Portanto, quero aqui parabenizar o Major Deiber, que é um grande parceiro da Secretaria, e quero deixar um abraço do nosso Secretário Jerry Comper, que está em outra agenda acompanhando o Deputado Mauro de Nadal e não pôde se fazer presente.

Parabenizo novamente o Deputado Altair e estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Altair Silva) – Muito obrigado.

Aproveito para informar que o nosso Governador em exercício, nesta semana, é o Deputado Mauro de Nadal, que também é daqui da nossa região e é o Presidente da Assembleia Legislativa, então fico muito grato. Inclusive agora à tarde ele está presente em um evento em Chapecó, no qual eu não pude estar porque esta audiência pública já estava marcada para hoje.

Quero fazer um agradecimento muito especial a todos os colaboradores da Assembleia Legislativa, que se deslocaram de Florianópolis até aqui com toda a estrutura técnica para que pudéssemos realizar esta audiência pública. Também faço um agradecimento muito especial aos Vereadores aqui presentes, vejo Vereadores de Bom Jesus do Oeste, de Campo Erê e dos Municípios da região; ao Prefeito de Anchieta, o Ivan Canci; e ao Vice-Prefeito de Palma Sola. Enfim, quero agradecer ao Batistella; ao doutor Jorge; ao Vereador Vilmar, Presidente da Câmara de Vereadores, que fez o trabalho de divulgar esta audiência pública; ao Rotta; à Larissa; e a todos que nos acompanham. E agradecer de coração principalmente a presença dos nossos produtores rurais.

Eu tenho certeza de que este debate, junto com as cinco audiências públicas anteriores e toda a interlocução que está sendo feita lá em Brasília e também aqui no Estado, vão produzir bons frutos para os nossos produtores rurais.

Ademais, eu agradeço de coração a todos que estão aqui presentes e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Fabiano Antonio de Souza / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

**DEPUTADO ESTADUAL ALTAIR SILVA
PRESIDENTE**